

## **O FOGO, AS ROÇAS E OS RITUAIS SAGRADOS: MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O PONTO DE NÃO RETORNO**

### **FIRE, FIELDS AND SACRED RITUALS: CLIMATE CHANGE AND THE POINT OF NO RETURN**

Lilian Regina Furtado Braga  
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal  
Fluminense (UFF/RJ). E-mail: lreginabraga@hotmail.com

Resumo: O estudo tem como objeto a análise de produção de alimentos na região da Amazônia brasileira com particular enfoque o sistema de agricultura tradicional que compreende as comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas. Estas práticas são baseadas em saberes ancestrais herdadas de forma intergeracional, adotadas como meio de subsistência e como forma de resistência cultural face aos modelos econômicos dominantes. A pesquisa concentra-se no oeste do Pará de modo particular na região do Baixo Amazonas e Alto Tapajós, áreas severamente afetadas pelas políticas de colonização do Estado desde 1970. O problema da pesquisa consiste nas contradições entre a abundância de produção agrícola no Brasil e a persistência da insegurança alimentar em comunidades amazônicas, demonstrando como a fome é consequência de acesso desigual aos recursos e de políticas públicas eficazes. Nesse cenário, indaga-se em que medida, o modelo tradicional de produção agrícola pode constituir alternativa à lógica agroindustrial e contribuir de forma mais significativa para a soberania alimentar. O estudo tem como objetivo entender como as práticas agrícolas se articulam na preservação do meio ambiente e à reprodução da sobrevivência das comunidades e à resistência diante da expansão do agronegócio. Com isso, busca-se analisar diversas técnicas de cultivo, o papel da mulher na comunidade na transmissão de saberes, consequências das queimadas e uso de agrotóxicos, bem como a importância dos rituais na organização simbólica na produção e garantia da soberania alimentar. O método é qualitativo articulado com a revisão da literatura e documental. Espera-se com a pesquisa demonstrar como a agricultura familiar na Amazônia constitui uma prática de resistência e da reprodução de um estilo de vida, com destaque ao papel estratégico. A abordagem metodológica é qualitativa, articulando revisão bibliográfica e documental com registros etnográficos e relatos de experiências, permitindo compreender a interdependência entre território, cultura e agricultura. Espera-se demonstrar que a agricultura familiar amazônica constitui uma prática de resistência e de reprodução da vida, destacando seu papel estratégico na promoção da soberania alimentar, na valorização dos saberes tradicionais e na formulação de políticas públicas orientadas à justiça social e ambiental. O estudo contribui para a compreensão dos modelos agrícolas tradicionais, destacando sua relevância para a soberania e segurança alimentar, preservação da diversidade cultural e do meio ambiente, contribuindo com estratégias sustentáveis mais resilientes.

Palavras-chave: agricultura tradicional, soberania alimentar, saberes ancestrais e crise climática

Abstract: The study aims to analyse food production in the Brazilian Amazon region, with a particular focus on the traditional agricultural system practised by riverside, quilombola and indigenous communities. These practices are based on ancestral knowledge passed down from generation to generation, adopted as a means of subsistence and as a form of cultural resistance to dominant economic models. The research focuses on western Pará, particularly the Lower Amazon and Upper Tapajós regions, areas severely affected by state colonisation policies since 1970. The research problem consists of the contradictions between the abundance of agricultural production in Brazil and the persistence of food insecurity in Amazonian communities, demonstrating how hunger is a consequence of unequal access to resources and effective public policies. In this scenario, the question is to what extent the traditional model of agricultural

production can constitute an alternative to the agro-industrial logic and contribute more significantly to food sovereignty. The study aims to understand how agricultural practices are linked to the preservation of the environment and the reproduction of the survival of communities and resistance in the face of agribusiness expansion. It seeks to analyse various cultivation techniques, the role of women in the community in the transmission of knowledge, the consequences of burning and the use of pesticides, as well as the importance of rituals in the symbolic organisation of production and the guarantee of food sovereignty. The method is qualitative, combined with a review of the literature and documentation. The research aims to demonstrate how family farming in the Amazon constitutes a practice of resistance and the reproduction of a lifestyle, with an emphasis on the strategic role. The methodological approach is qualitative, combining a review of the literature and documentation with ethnographic records and experience reports, allowing for an understanding of the interdependence between territory, culture, and agriculture. It is expected to demonstrate that Amazonian family farming constitutes a practice of resistance and reproduction of life, highlighting its strategic role in promoting food sovereignty, valuing traditional knowledge, and formulating public policies oriented towards social and environmental justice. The study contributes to the understanding of traditional agricultural models, highlighting their relevance to food sovereignty and security, preservation of cultural diversity and the environment, contributing to more resilient sustainable strategies.

Keywords: traditional agriculture, food sovereignty, ancestral knowledge and climate crisis

## 1. INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como objeto analisar a produção de alimentos na Amazônia, tomando como referências o sistema agrícola tradicional desenvolvido por comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas. Esse grupo, ao longo de tempo, estruturaram a organização social práticas e saberes ancestrais e forma de resistência diante da pressão externa. O estudo centra-se na região do oeste do Pará, sobretudo no Baixo Amazonas e do Alto Tapajós, zonas historicamente afetadas pela colonização, pela política de assentamentos rurais promovida a partir da década de 1970 e pelas transformações sociais, econômicas e culturais, intensificadas na última década. A pesquisa privilegia a análise das dinâmicas contemporâneas em diálogo com a historicidade que fundamenta a conformação atual desses sistemas produtivos.

Há uma literatura relevante sobre a agricultura de subsistência e agrobiodiversidade amazônica com significativos avanços, entretanto há lacunas no que diz respeito à dinâmicas culturais, políticas sociais e econômicas sobre as interrelações entre soberania alimentar, transformações socioeconômicas implementadas na região. Nota-se ainda, a falta de pesquisas sistematizadas sobre os efeitos de uso de agrotóxicos, mudanças climáticas e as estratégias locais na reprodução sociocultural e de preservação do meio ambiente. Pese embora tais limitações, há obras, artigos e relatórios internacionais que favorece

um embasamento teórico-metodológico para a prossecução com esta pesquisa, favorecendo a problematização bem como a proposição de novas perspectivas de análise.

A importância desta pesquisa consiste na compreensão de que forma os sistemas agrícolas tradicionais amazônicos contribuem para a segurança alimentar, valorizando os saberes locais e fomentando a formulação de políticas públicas de forma mais igualitária. Ao combinar as dimensões socioeconômicas ambientais e culturais, a pesquisa evidencia a importância de práticas de agricultura de subsistência, promoção da justiça, mitigação da crise climática, constituindo-se não tão-somente em temas de interesse regional, mas igualmente de interesse nacional e internacional.

A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, dando primazia a análise bibliográfica e documental. A viabilidade da pesquisa tem respaldo em obras acadêmicas, fontes nacionais e internacionais que permitem a construção de um instrumento de análise para a compreensão de fenômenos pesquisados. Desse modo, a pesquisa contribui para o cobrir lacunas existente no âmbito de produção acadêmica, e simultaneamente busca fortalecer discussões em torno de agricultura de subsistência, soberania alimentar e das dinâmicas de preservação dos modos de vida tradicional na Amazônia.

## 2. PRODUÇÃO DE ALIMENTOS NA AMAZÔNIA

O Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) na Amazônia paraense ecoa a seguinte a palavra de ordem: “se o campo não planta, a cidade não janta”. Essa máxima faz referência a uma realidade concreta de um discurso político para incluir os trabalhadores do campo na discussão sobre a produção de alimentos?

Entre a retórica política e as dinâmicas do cotidiano, tanto nas cidades quanto nos campos, florestas e rios, está o direito humano à alimentação adequada (DHAA). Esse direito garante o acesso regular, permanente e irrestrito a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade suficiente, respeitando a cultura alimentar de cada povo e assegurando, assim, uma vida digna.

No Pará, a produção de alimentos enfrenta consequências devastadoras das economias adotadas no país, sobretudo as regiões do Alto Tapajós e o Baixo Amazonas, no Estado do Pará. Essas regiões, historicamente foram marcadas por uma agricultura familiar, moldada pelos assentamentos e pela colonização promovida pelo INCRA na década de 1970. A política de ocupação territorial na Amazônia foi espalhou pessoas que vinha do sul do país sobretudo do Rio Grande do Sul nas proximidades da Transamazônica e da BR-163, sob o pretexto de ocupar uma região considerada de modo errôneo como “sem homens”.

Segundo a Atlas do Espaço Rural Brasileiro (2020), a agricultura familiar caracteriza-se por um sistema de produção mais dinâmico, articulando espacialidade e temporalidade. Isso demonstra que essa forma de produção não está rigidamente limitada à ideia tradicional de família rural ou campesina, mas sim permite a reprodução social tanto no campo quanto na cidade. Nas roças amazônicas, esse modelo vai além de uma estratégia econômica de cultivo; ele representa um modo de vida, ancorado em práticas culturais e na transmissão intergeracional de saberes.

Porém, nota-se que a agricultura familiar na Amazônia é:

Essa transmissão de memórias e práticas culturais, materiais ou simbólicas, confere à família agrícola coerência interna e a capacidade de elaborar estratégias específicas de resistência frente às dinâmicas econômicas hegemônicas. A manutenção e reprodução de saberes familiares favorecem, ainda, a continuidade de práticas agrícolas mais harmoniosas com o meio ambiente, legando à agricultura familiar um importante papel na preservação ambiental, mesmo nos estabelecimentos de produção mais modernizada (IBGE, 2020, p.293).

Não obstante a agricultura de subsistência seja constantemente associada ao sistema agrário tradicionalmente desenvolvido pelas populações amazônicas, reconhece-se a importância da extensa agrobiodiversidade presente na região. A vasta diversidade se manifesta por meio de distintas populações que habitam esses territórios, cada um desses grupos populacionais desenvolve formas típicas e peculiares de produção de alimentos.

A agricultura familiar no Brasil é extremamente heterogênea, apresentando uma grande variedade de formas de organização,

distintas condições socioeconômicas e históricas, cultivando diferentes espécies, adotando diferentes práticas agrícolas, acesso diferenciado a crédito e assistência técnica, além de ser desenvolvida em diferentes biomas, desde o Amazônico, passando pela Caatinga, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica, até o Pampa (Pereira, et. al., 2024, p. 107).

Para compreender a agrobiodiversidade, é essencial analisar de que maneira as famílias, os pequenos agricultores, as benzedadeiras da roça, os pajés, os extrativistas e os ribeirinhos cultivam ou manejam suas plantações. Isso envolve não apenas a escolha do que será produzido para alimentação ou para tratamentos de cura, mas também o conhecimento acumulado sobre essas plantas – seus nomes, formas de cultivo e suas histórias.

Não obstante distintas especificidades que caracterizam as roças amazônicas, é possível encontrar um ponto em comum a essa diversidade: um método comum de plantio. Assim sendo, Martins (2005) refere que, a roça representa um tipo de agricultura que adota a técnica de devastação e queima, conhecida como agricultura de pousio ou coivara. Este tipo de método é amplamente difundido entre as comunidades indígenas e caboclas, feita a partir da clareira dentro da vegetação primária ou em distintos estágios de sucessão, seguida da queima da área para a viabilização do cultivo. Essa prática não é comum apenas nos indígenas, mas também em comunidades ribeirinhas e quilombolas, destacando sua importância na dinâmica agrícola Amazônia.

### **2.2.1. As roças Amazônicas, a partir de ribeirinhos, quilombolas e indígenas**

O rio Amazonas, como grande estuário, tornou-se base para a fixação das populações amazônicas, reunindo agricultores familiares, os extrativistas, pescadores, organizados em grupos de quilombolas, indígenas e ribeirinhos.

Entre os seus principais afluentes, destacam-se o rio Tapajós, um refúgio indígena face aos avanços dos processos colonizadores, enquanto o rio Trombetas exerceu um papel importante semelhante para os quilombolas da região do Baixo Amazonas.

Municípios como Santarém, Oriximiná e Itaituba preservam, em sua história, a marca da presença dessas populações e as formas como ocuparam

o território, utilizando o solo e desenvolvendo práticas agrícolas voltadas à produção de alimentos de subsistência.

Os indígenas, buscando escapar os horrores da escravidão, como o extermínio, adentraram a floresta e foram se aldeando ao longo livres dos rios. Enquanto por outro lado, os negros escapavam dos seus engenhos e fazendas, aquilombando-se em terras livres, constituindo uma nova existência como homens e mulheres livres. Do mesmo modo, algumas famílias nordestinas bem como do sul do Brasil migram pra a Amazônia em busca de espaço de liberdade, onde cultivariam suas roças sem patrões:

define-se como o homem livre de patrão, que assituaria<sup>1</sup> sua roça em uma terra que não tem dono, a terra liberta. Esse sujeito, que trabalha apenas para e sob comando de sua própria unidade familiar, define seu viver como o modo de vida nessa unidade familiar. Em seu discurso, outra característica a notar nessa terra sem donos, é a possibilidade de mobilidade: no lugar que chegasse. Diferente de comunidades tradicionais, cujo território via de regra permanece referido a terras tradicional e historicamente ocupadas, esse campesinato formador da fronteira enseja deslocamentos sobre terras desconhecidas, territorializadas pelo trabalho exercido livre de patrão (Porro, Porro & Assunção, 2016, p. 193)

Esse território foi, para muitos, tanto um refúgio encontrado para a sobrevivência quanto um espaço escolhido e tradicionalmente ocupado para a reprodução da vida. No entanto, apesar de ser um ambiente de produção agrícola, a oferta de alimentos ainda não é suficiente para atender plenamente às necessidades nutricionais da população. Isso revela que a alimentação ainda não é plenamente reconhecida e garantida como um direito humano fundamental, sendo, em algumas perspectivas, tratada apenas como uma contingência da existência.

A subnutrição e a fome, por sua vez, não emergem tão-somente da falta de alimentos. Em grande parte, é resultado da falta de acesso de determinadas famílias à alimentos disponíveis ou da limitação no consumo, restringindo-se à

---

<sup>1</sup> Segundo Noemi Miyasaka Porro, Roberto Porro, Helder do N. Assunção (2016, p.4) “o verbo assituar é característico da fronteira, onde a primeira família camponesa a chegar em local ainda desabitado por seus pares (via de regra habitada por grupos indígenas), então designada como assituante, organiza não apenas os recursos materiais, mas também imateriais, sob regras sociais específicas desse campesinato, indicando os locais de moradia e trabalho, apoiando os que chegam em seguida, até que tenham eles próprios suas roças. Na lógica camponesa, o pioneirismo na chegada e ocupação não significa que o assituante tenha direitos de dono”.

variedade a variedade que não supre, de forma adequada às necessidades nutricionais dessas populações:

No Brasil, conforme ressaltado, a produção de alimentos é crescente e muito acima das necessidades nutricionais de população, daí segue que a única possível razão para a fome e a subnutrição no Brasil é da falta de acesso de alguns aos alimentos disponíveis. (Abreu, et. al., 2024, p. 116/117)

A sazonalidade da colheita na agricultura familiar, aliada à falta de uma estratégia eficiente para promover uma produção sustentável por meio de assistência técnica adequada, crédito acessível e financiamento voltado à diversificação agrícola, torna ainda mais complexa a realidade da produção de alimentos.

Laura de Abreu, et. al. (2024) apontam que a distribuição desigual de recursos e do poder aquisitivo no Brasil causa um paradoxo alarmante: enquanto o país registra um superávit na produção de alimentos próximo a 30%, cerca de 30% da população vive em condições extremamente precárias, numa insegurança alimentar grave.

Incoerência como esta revela a necessidade de ampliar o debate sobre a soberania alimentar nas comunidades amazônicas. Não obstante a imensa biodiversidade, do fortalecimento do extrativismo e da presença de agricultura familiar, estes fatores não asseguram que quilombolas, ribeirinhos e indígenas tenham acesso adequado à alimentação:

A soberania alimentar tem se constituído como uma pauta da agenda política dos múltiplos movimentos que militam pela promoção da justiça alimentar. Tais movimentos têm se constituído como importantes atores antiglobalização alimentar, principalmente questionando os atos e resoluções da OMC que fortalecem a corporificação e a cartelização de empresas alimentares pelo mundo que promovem injustiça alimentar (Ribas, 2022, p.238).

As roças da várzea, inseridas na dinâmica da antiglobalização, enfrentam desafios impostos pelo constante movimento das águas. Essa variação impede a adoção de um modelo de plantio estável que possa atender à produção de commodities, tornando a agricultura nessas áreas mais adaptativa e voltada à subsistência.

Na encosta do pacote sedimentar da várzea, onde está localizada a comunidade, podem ser observadas plantações de malva e macaxeira, expondo a estratégia dos ribeirinhos amazônicos no que concerne ao uso da terra, uma vez que, entre a enchente e a vazante, utilizam-na para plantar e colher de acordo com a sazonalidade das águas. (Fraxe et al, 2011, p. 152).

Os ribeirinhos que habitam as várzeas ao longo das margens do rio Amazonas compartilham relatos sobre suas roças:

[...] E aqui quando nós chegamos aqui, a beira do rio era lá onde estava essa praia, pro lado de lá. Nós plantávamos todos nessa área aqui, juta, juta mesmo, não era malva não, tinha milho, juta, roça, feijão, melancia, enfim. (Fraxe et al, 2011, p.23).

Detalham não só os produtos que conseguem produzir na várzea, mas especialmente o modo de viver a partir desse território que tem muitas peculiaridades. Fraxe et. al. (2011) ao tratar da questão entabula que esse é um dos motivos que levam os moradores mais antigos, a pensarem em vender seu terreno, mesmo tendo sido herança dos pais, lugar e assento de suas ancestralidades, de suas lembranças.

A falta de assistência governamental, seja por falta de apoio técnico na produção nessa região, a falta de políticas públicas de transferência de renda como a Bolsa-Família, ou atuação mais efetiva de órgãos locais compromete sobremaneira a produção agrícola em Várzea, estimulando aos agricultores e suas respectivas famílias a abandonarem o seu território:

há a falta de perspectiva das crianças em frequentar a escola em função de falta de gasolina para o transporte público existente para esse fim. Dos nove filhos do casal, apenas três permanecem na comunidade, os outros já migraram com suas respectivas famílias para a estrada (Fraxe et. al., 2011, p. 40)

Um aspecto relevante observado nas roças da várzea — e que também se aplica às roças quilombolas e indígenas — é a divisão sexual do trabalho, na qual homens e mulheres desempenham papéis bem definidos.

No documentário Quilombos da Amazônia, produzido pela Uni Amazônia e disponível na plataforma YouTube, o Sr. Gervásio dos Santos Oliveira afirma:

“Quilombola é um cuidador da floresta”<sup>2</sup>. Essa afirmação sintetiza a forma de vida dessas comunidades, em que atividades como o extrativismo e a agricultura familiar são essenciais e mantêm uma relação direta com a presença humana em meio à floresta.

Apesar da importância desse modo de vida, muitos quilombolas percebem que sua existência é invisibilizada pela sociedade brasileira. No entanto, quando o capitalismo se insere no contexto quilombola, fica evidente que, embora o sistema escravocrata tenha sido formalmente abolido, suas marcas profundas permanecem. Isso se manifesta, sobretudo, na precarização das relações de trabalho, que afeta de maneira ainda mais intensa as mulheres quilombolas.

Muitas dessas mulheres deixam suas roças para vender sua força de trabalho nos monocultivos empresariais, como as lavouras de pimenta-do-reino em Tomé-Açu, município da região nordeste do estado do Pará. Contudo, os baixos salários pagos em troca de seu esforço reforçam o que pode ser entendido como uma forma moderna de escravização. Esse cenário é denunciado pelo quilombola do rio Trombetas, Deusarina Silva, no documentário *Quilombos da Amazônia*, já mencionado anteriormente:

a pimenta-do-reino, implantada na Amazônia paraense, a partir da década de 1930, pelos imigrantes japoneses, com intuito de suprir necessidades do mercado, não foi e não é diferente. As mulheres foram e ainda são recrutadas para esta forma de trabalho; muitas das quais são mulheres negras-quilombolas. E nessa experiência, acabam também levando suas crianças. As mulheres são vistas pelos patrões como melhor mão de obra para colheita e capina, pois o trabalho é considerado como se precisasse de mais delicadeza no trato e menor remuneração. Esses elementos foram coletados nas falas tanto das mulheres quanto dos homens (MIRANDA; RODRIGUES, 2020).

No entanto, as roças quilombolas, dentro da perspectiva de uma roça amazônica, apresentam em algumas regiões uma produção diversificada, na qual a mandioca se destaca como base para a fabricação de farinha. Além disso, cultiva-se feijão crioulo, arroz, milho e jerimum, enquanto a caça e a pesca complementam a alimentação de subsistência.

Essas roças seguem um modelo camponês de agricultura familiar, enraizado em práticas ancestrais, como o cultivo do arroz africano. Dessa forma,

---

<sup>2</sup> UNI AMAZÔNIA. *Quilombolas da Amazônia*. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ODI9YjUYtIs>. Acesso em: 7 set. 2025.

a manutenção dessas técnicas tradicionais não é apenas uma estratégia de sobrevivência, mas também um ato de resistência frente à predominância do sistema alimentar agroindustrial globalizado:

A globalização do sistema alimentar vigente é, principalmente, um projeto de dominação da soberania com reflexos na justiça alimentar. Não da soberania somente de um Estado, em um determinado território, mas da soberania dos cidadãos que dependem do sistema alimentar para acessar os alimentos. (RIBAS, 2022, p. 239).

O Puxirum rompe com a lógica da globalização do sistema alimentar, pois, especialmente nas roças quilombolas e ribeirinhas, reafirma-se o princípio da coletividade no trabalho e na organização dos territórios. Essa prática tradicional fortalece os laços comunitários e garante a produção de alimentos de forma colaborativa.

Nas roças indígenas, as mulheres desempenham um papel fundamental, sendo as principais responsáveis pelo cultivo. Entre os Munduruku, por exemplo, os homens são encarregados da limpeza da área que será cultivada, enquanto as mulheres assumem o plantio e o cuidado com as raízes, frutas e hortaliças. Dessa maneira, a divisão do trabalho não apenas estrutura a produção agrícola, mas também reforça os saberes tradicionais e a preservação dos modos de vida indígenas.

Algumas famílias indígenas Munduruku, voltadas ao extrativismo, coletam copaíba, castanha do Pará, mel, extraem palmito dos açazeiros, e a sobra daquilo que não é utilizado pelas famílias, vendem nos comércios próximos as aldeias.

Os roçados Munduruku seguem modelo tradicional de derruba e queima, muito semelhante ao que é feito na agricultura familiar:

fazem roça manualmente, conforme o período apropriado que, geralmente começam a roçar a partir do início de verão, em meados do mês de junho e julho e terminam o plantio em meados do mês de outubro, a fim de plantar maniva, banana, cará, cana-de-açúcar, mandioca-doce, timbó, abacaxi e outras variedades para o consumo familiar. Mas há raras famílias que produzem farinha e banana para a venda em escala pequena, como aquelas que participam no programa da Agricultura Familiar, que vendem sua produção para merenda escolar. E, da mesma forma, há também aquelas que vendem sua produção

em pequena escala nos mercados locais. (Munduruku, 2023, p.35-36)

Os roçados Munduruku guardam os segredos do plantio da manicuera que além de alimentar as aldeias alimentam os espíritos nos rituais sagrados.

Um problema que se enfrenta na produção de alimentos é o uso de agrotóxico. Sejam roças ribeirinhas, indígenas ou quilombolas, há uma venda de facilidades na comercialização de pesticidas, o que compromete, inclusive, os arranjos tradicionais de fertilização e adubação do solo e da proteção contra pragas que ataquem as plantações (Soares; Porto; Araújo, 2020).

A utilização de adubos orgânicos, em alguma medida, foi sendo superado pelo uso de venenos, pesticidas o que tornaria mais “prático” o cultivo. O uso de resíduos da mandioca, esterco de gado e de galinha é mais comum nas pequenas roças familiares, onde há essa diversidade de culturas e criação de animais, que possibilitam ter acesso a esses resíduos.

Sousa (2011) cita o esterco de galinha como adubo orgânico mais conhecido, sendo que em seu trabalho esse tipo de insumo mostrou efeito positivo nas culturas implantadas. Na Comunidade de Boa Esperança, o desinfetante com vinagre (insetos médios), tucupi com vinagre (fungicida), vinagre com tabaco (insetos grandes) foram os insumos alternativos utilizados no controle de pragas. Em pesquisa realizada por Sousa et al. (2012) foi constatado que a adoção de controle alternativo de pragas teve efeito positivo na minimização de impactos ambientais oriundos do uso de agrotóxicos. Agricultores entrevistados na comunidade mencionaram que o serviço assistência técnica só se (Valente, Oliveira e Vieira, 2017, p. 6 -7).

O Mapa acima sobre os conflitos da Fiocruz demonstra que em algumas regiões do Pará usam os agrotóxicos que forte impacto na saúde das populações tradicionais sobretudo em Municípios com forte atividade agropecuária. Zonas como Belterra, Santarém e regiões mais próximas e os assentamentos rurais e nos territórios indígenas registram a contaminação de solos, águas, meio ambiente, impactando a vida das comunidades tradicionais, provocando doenças respiratórias e intoxicações (Pacheco, 2024). A sobreposição entre incêndios florestais e zonas com contaminações químicas destacam a necessidade de políticas integras de manejo do fogo, a fiscalização de uso adequado de agroquímicos e proteção da população mais vulnerável.

### 3. AS MULHERES DA ROÇA

Depois do resguardo  
As meninas são benzidas com o cigarro  
Para ter uma roça boa  
e uma casa boa (IPHAN, 2023)

Nas roças amazônicas a presença feminina é marcante. Neste lugar há de fato uma separação sexual do trabalho. Homens e mulheres trabalham na roça, mas cada um tem uma específica tarefa a desenvolver.

As mulheres são as guardiãs dos saberes ancestrais. Interessante perceber que, desenvolvem um ciclo de gente, bicho e floresta que vai cercando a vida daquilo que é possibilidade de alimento. Na pesca se descobriu a andiroba, como grande isca:

Foi registrada a captura de cinco espécies de peixe com sementes de andiroba: matrinxã (*Brycon* spp.), pacu (*Mylossoma* sp., *Myleus* sp., *Metynnis* sp. e *Mylesinus* sp.), piranha (*Serrasalmus* spp.), pirapitinga (*Piaractus brachypomus*) e tambaqui (*Colossoma acropomum*). Entre estes, ressalta-se o matrinxã, peixe muito apreciado pela facilidade de captura quando a semente de andiroba é usada como isca, pois a temporada de pesca coincide com a frutificação da árvore na região. Também foi registrado conhecimento etnoecológico sobre espécies que se alimentam das sementes de andiroba, incluindo, nesse grupo, o piau ou aracu (*Leporinus* spp.), matrinxã (*Brycon* spp.), pacu (*Mylossoma* sp., *Myleus* sp., *Metynnis* sp. e *Mylesinus* sp.) e piranha (*Serrasalmus* spp.). (Calle, Vieira, Noda, 2014, p. 525)

Estas percepções sobre a alimentação dos animais estão alinhadas com a compreensão e interação que as mulheres desenvolvem ao conhecer os sentidos das florestas e das águas. Esta percepção orienta o que trazer para casa e colocar na mesa da família.

Utilizar-se das sementes de andiroba como isca na pesca exige um trabalho de manipulação feito na sua maioria por mulheres e que se inicia desde a coleta e separação das sementes, depois de selecionadas são levadas a um cozimento que pode durar em média 5 minutos. Sequencialmente são descascadas e finalmente prontas para serem utilizadas para pesca. É a roça expandindo seus espaços de labores.

Para além do plantio e limpeza da roça, há um momento de especial participação das mulheres nas roças: a colheita. Nas roças, os jamanxins se tornam aliados indispensáveis das mulheres, permitindo o transporte da

mandioca e outros produtos colhidos das roças para as comunidades. Feitos de palha, esses cestos podem carregar até cerca de 30 quilos, facilitando o trabalho coletivo e fortalecendo a organização das atividades agrícolas nas aldeias.

#### 4. AS QUEIMADAS E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Durante a estiagem de 2023 e 2024, o oeste do Pará enfrentou impactos severos do fogo, que devastou comunidades ribeirinhas e territórios quilombolas e indígenas. Em 2023, mais de 16,2 milhões de hectares foram queimados no Brasil — sendo 11,6 milhões em vegetação nativa (~71%) — e, em 2024, a situação se agravou com 30,8 milhões de hectares atingidos, um salto de 79% em relação ao ano anterior, 73% dos quais eram áreas de vegetação nativa (IPAM/MapBiomas).

Santarém, cidade localizada às margens dos rios Tapajós e Amazonas, no estado Pará, protagonizou em novembro de 2024 o segundo pior ar respirável do mundo, restando os seus índices somente atrás dos índices de cidades indianas. Isso promovido por demasiadas queimadas na região do Baixo Amazonas (Fonseca, 2024). Pesquisas recentes indicam que a fumaça das queimadas na Amazônia interfere diretamente na formação de nuvens e no regime de chuvas. Enquanto concentrações moderadas de aerossóis podem intensificar a convecção e favorecer precipitações, níveis elevados, como os causados por queimadas intensas e recorrentes, tendem a suprimir a formação de nuvens e reduzir as chuvas, afetando o equilíbrio climático da região (Atmospheric Chemistry and Physics, 2023). Existe uma diferença essencial entre o fogo utilizado na queima controlada do roçado e o fogo proveniente de incêndios. Nos últimos tempos, essa distinção tem se tornado confusa, sobretudo devido à grilagem de terras na Amazônia. Em áreas onde deveriam existir agricultores assentados praticando a queima para fins agrícolas, o que se observa é um uso descontrolado do fogo, gerando um adensamento de queimadas que muitas vezes não correspondem ao manejo tradicional da lavoura, mas sim à devastação associada à ocupação ilegal das terras.

Os principais focos atuais de queimadas na Amazônia são associados à agricultura, em especial em escala familiar, e à pecuária, correspondendo, respectivamente, à prática de

preparo de área para plantio utilizada secularmente pelos agricultores familiares da Amazônia e de várias regiões tropicais, conhecida como agricultura itinerante, migratória ou de corte-e-queima (*slash-and-burn agriculture*), e à queima de pastos com infestação de plantas invasoras (pastos degradados) para a sua renovação ( Sá et al., 2006/2007, p. 92).

O fogo, que outrora possuía caráter sagrado nas pequenas lavouras familiares, não era apenas instrumento de limpeza do terreno, mas parte de uma sistemática de queima e pousio que regulava o uso da terra. Ele demarcava o espaço já cultivado, delimitava as áreas em descanso e assegurava o tempo necessário para que o solo se regenerasse e voltasse a produzir, constituindo assim uma forma de manejo que articulava território, espiritualidade e sustentabilidade.

## 5. O RITUAL SAGRADO É ALIMENTO

Todas essas interações entre a produção dos alimentos, as rotinas das comunidades, os sistemas e métodos de plantio têm relação direta com suas crenças e modos de existir de alguns povos amazônicos

Segundo Jairo Saw, por esses caminhos subterrâneos transitam os espíritos de seus antepassados e na dimensão terrestre estão registrados os rastros dos ancestrais míticos, especialmente, *Karosakaybu* e *Muraycoko*. Este último, considerado o pai da escrita, teria deixado registrada sua história para as próximas gerações principalmente em gravuras rupestres encontradas em formações rochosas de cachoeiras como *Joropari kôbie* (São Luiz do Tapajós) e *Karobixexe* (Sete Quedas), ambos locais em que identificam a presença da mãe dos peixes (Moreira e Loures, p. 131).

As roças de manicuera produzem o alimento sagrado. Essa afirmação ganha força quando pensamos que a plantação da mandioca não se reduz a uma atividade agrícola, mas constitui uma prática profundamente enraizada na cosmologia Munduruku. As roças são o ponto inicial de um ciclo ritual que não termina na colheita: elas carregam a memória dos ancestrais que ensinaram o cultivo, a organização coletiva necessária para o plantio e a seleção cuidadosa da mandioca-doce que dará origem ao mingau sagrado. Nesse sentido, a roça é mais que espaço produtivo: é território de saber, de transmissão de técnicas, de respeito às forças espirituais que garantem a fertilidade da terra. Produzir a

manicuera, portanto, não significa apenas transformar a mandioca em alimento; é dar continuidade a um pacto espiritual entre o povo, a natureza e os espíritos. O caráter sagrado do mingau não está somente na bebida final, mas em todo o processo que a antecede, da abertura da roça ao preparo coletivo, evidenciando como agricultura, ritual e identidade se entrelaçam. Assim, as roças de manicuera tornam-se lugares de renovação da vida social e espiritual Munduruku, assegurando tanto a subsistência material quanto a perpetuação de sua memória cultural.

Quando se identifica que há pessoas doentes em estado grave, pode-se fazer a evocação de um espírito e realizar um ritual:

A liderança na companhia do pajé convoca o cantor que tem habilidade e conhecimento sobre a causa, e os auxiliares para o pajé principal também são convocados, e a comunidade também é convocada para se preparar e fazer o mingau que se chama demusudi–manicuera (Munduruku, 2023, p. 77).

Diante de uma situação emergencial e de um fato grave, a comunidade se mobiliza. Toda a aldeia é informada e orientada de que, naquele dia, haverá tal ritual. São orientados para que todos fiquem dentro de casa e não perambular nas proximidades da casa onde será realizado o ritual.

O papel das mulheres nos rituais Munduruku vai muito além da execução de tarefas práticas: a elas é atribuída a responsabilidade de preparar o musudi, bebida feita a partir da mandioca-doce com a adição de ingredientes como banana verde e cará. Essa atribuição não é apenas doméstica ou culinária, mas carrega forte dimensão simbólica, já que conecta a comunidade às práticas espirituais e à preservação da memória ancestral. Nesse contexto, destaca-se também o mingau de manicuera, cuja função transcende a alimentação. Embora não seja, em si, o núcleo do ritual, sua preparação e consumo têm caráter coletivo e espiritual, já que, conforme a tradição, a manicuera só pode ser ingerida em situações de reunião comunitária, quando a aldeia se encontra mobilizada sob a orientação do pajé. A coletividade, portanto, é condição essencial para que a bebida cumpra seu papel de reforçar os laços sociais e espirituais do grupo (Munduruku, 2023, p.78).

Essa dimensão coletiva se articula à relação com o plano espiritual. De acordo com o pajé Paulo Karo, os espíritos ancestrais solicitam a preparação da manicuera, muitas vezes por meio dos sonhos, especialmente no início do ano.

A bebida, nesse sentido, não apenas alimenta os vivos, mas também satisfaz os espíritos, configurando-se como uma ponte entre os dois mundos. Ao compartilharem o mingau, humanos e ancestrais participam de um mesmo ato de comunhão, reafirmando a continuidade da tradição e a reciprocidade entre as gerações (Munduruku, 2023, p.78).

Além da manicuera, a alimentação ritual é cuidadosamente organizada para atender às prescrições culturais. Durante tratamentos espirituais, por exemplo, alguns homens são designados para pescar peixes específicos, como caratinga, jejum e jacundá, considerados apropriados e não prejudiciais aos pacientes. Essa dieta restrita ilustra como os rituais não apenas envolvem toda a comunidade, mas também regulam as práticas alimentares de forma a manter a saúde espiritual e física dos participantes. A duração do ritual, que se estende conforme a presença dos espíritos, reforça sua centralidade na vida coletiva (Munduruku, 2023, p.78).

Em perspectiva mais ampla, o mingau de manicuera (kaxidi) é compreendido como um alimento sagrado, cuja preparação exige cuidado ritualístico, pois cada etapa, desde a colheita da mandioca até o consumo coletivo, é permeada por simbolismos. O kaxidi não é apenas bebida: é veículo de união entre clãs, meio de agradecimento aos espíritos e expressão concreta da identidade Munduruku. Seus ingredientes, mandioca-doce, cará-açu, cará-branco, cará-preto e banana-da-terra, além de compor a receita, condensam a memória agrícola e espiritual do povo. Ao alimentar simultaneamente espíritos e comunidade, a manicuera reafirma o lugar da mandioca como raiz central da cosmologia e da organização social Munduruku (Munduruku, 2021, p.117).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das práticas agrícolas na Amazônia, especialmente entre ribeirinhos, quilombolas e indígenas, evidencia que a produção de alimentos na região transcende a dimensão meramente econômica, constituindo-se como expressão de modos de vida, de resistência cultural e de preservação ambiental. As roças amazônicas revelam-se não apenas como espaços produtivos, mas também como territórios de memória, espiritualidade e reprodução de saberes ancestrais, guardados e transmitidos, sobretudo, pelas mulheres.

Ao mesmo tempo, a pesquisa mostra as contradições que marcam a realidade amazônica: a abundância de biodiversidade convive com a insegurança alimentar; a produção diversificada e sustentável das comunidades tradicionais enfrenta a pressão da monocultura, da mineração, das queimadas e do avanço do agronegócio; a riqueza cultural se depara com a invisibilização e a precarização das condições de vida de populações historicamente marginalizadas.

Outro grande achado está na relação intrínseca entre alimentação, espiritualidade e identidade coletiva. A mandioca e suas múltiplas variedades, por exemplo, configuram-se como eixo central não apenas da dieta, mas de rituais sagrados e da coesão social, reafirmando a importância de compreender a alimentação para além do consumo material.

Constata-se, ainda, que a luta por soberania e justiça alimentar na Amazônia é também uma luta por reconhecimento e por condições dignas de existência. A reforma agrária, quando pensada de forma integrada, não se limita à distribuição de terras, mas se vincula à construção de uma sociedade mais justa, capaz de assegurar o direito humano à alimentação adequada e respeitar os saberes tradicionais.

Diante desse quadro, a pesquisa permanece aberta a futuros desdobramentos. Há espaço para aprofundar estudos sobre os impactos das mudanças climáticas na produção local, sobre as estratégias de resistência das comunidades diante da globalização alimentar, e sobre o papel das mulheres como guardiãs da biodiversidade e da cultura. Investigações futuras podem ainda explorar como políticas públicas inovadoras podem fortalecer a agricultura familiar amazônica e, ao mesmo tempo, promover a preservação ambiental e a justiça social.

Assim, reafirma-se que alimentar, pessoas, comunidades e até espíritos, é, na Amazônia, um ato político, cultural e espiritual. É neste ponto de convergência que se situam os maiores aprendizados desta pesquisa, e também o convite para novas reflexões e estudos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Brasil. **Brasil registra em 2024 aumento de 79% de áreas queimadas**. Brasília: EBC, 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-01/brasil-registra-em-2024-aumento-de-79%25-de-areas-queimadas>. Acesso em: 7 set. 2025.

Atlas do Espaço Rural Brasileiro – IBGE – Brasil

CALLE, Diego Alejandro Cardona. VIEIRA, Gil. NODA, Hiroshi. Práticas de uso e manejo tradicional de *Carapa* spp. andiroba) na Reserva Extrativista do Rio Jutaí, Amazonas, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 9, n. 2, p. 519-540, maio-ago. 2014.

DACE MUNDURUKU, Honésio. **O legado de Karo Sakaybu: cantos e mitologia na cosmovisão Munduruku**. Universidade Federal do Pará - UFPA, Bragança: 2023.

FONSECA, Denily. **Santarém (PA) é a segunda cidade mais poluída do planeta**. A Verdade, Belém (PA), 29 nov. 2024

FRAXE, Therezinha de Jesus pinto. WITKOSHI, Antonio Carlos. PEREIRA, Henrique dos Santos. **Comunidades ribeirinhas amazônicas: memória, ethos e identidade** / organizadores: Therezinha de Jesus Pinto Fraxe et all – Manaus: Reggo Edições, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Global, 2004.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. II. Belém: EDUFPA, 2004.

HUNGRIA, Mariangela. **Segurança alimentar e nutricional: o papel da ciência brasileira no combate à fome**. Organização Mariangela Hungria. – Rio de Janeiro : Academia Brasileira de Ciências, 2024.

IBGE. **Agricultura familiar: aspectos culturais, ambientais e sistemas de produção**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. p. 293.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. **Fogo queimou quase 200 milhões de hectares do Brasil nos últimos 39 anos**. Brasília: IPAM, 2025. Disponível em: <https://ipam.org.br/fogo-queimou-quase-200-milhoes-de-hectares-do-brasil-nos-ultimos-39-anos>. Acesso em: 7 set. 2025.

MARTINS, Paulo Sodero. **Dinâmica evolutiva em roças de caboclos amazônicos**. Ver. Estudos Avançados, 2005, p. 209 – 220.

MIRANDA, Elen Rodrigues da Silva. RODRIGUES, Doriedson do Socorro. **“Outros” coletivos femininos: Lutas e Resistências que formam mulheres quilombolas na Amazônia.** Ver. Dialogo Educacional. Curitiba: 2020.

MOREIRA, Fernanda Cristina. LOURES, Rosamaria Santana Paes. Recalibrar o mundo: pajelança, rituais e a territorialidade Munduruku ante o avanço desenvolvimentista na bacia do Tapajós. **Revista Nanduty**, p. 122-151.

MUNDURUKU, Maria Valdenize Saú & JESUS, Lori Hack de. Manikuera: mingau sagrado do povo Munduruku. In: **Revista de Comunicação Científica – RCC**, Maio/Set., Vol. 1, n. 8, pgs. 114-121-10, 2021.

PACHECO, Tania. **Em Belterra, PA, agrotóxicos contaminam as águas, os solos e o ar, causando doenças, esvaziando unidades escolares e provocando perdas de produtividade nos plantios e morte de animais.** Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde, 4 set. 2024. Disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/em-belterra-pa-agrotoxicos-contaminam-as-aguas-os-solos-e-o-ar-causando-doencas-esvaziando-unidades-escolares-e-provocando-perdas-de-produtividade-nos-plantios-e-morte-de-animais/>. Acesso em: 7 set. 2025.

PORRO, Noemi Miasaka. PORRO, Roberto. ASSUNÇÃO, Herder do N. Roças e Florestas em Assentamentos Ambientalmente Diferenciados na Amazônia: Reflexões para uma Agroecologia. **Revista de Assentamentos**, v. 19, n. 2, 2016.

RIBAS, L. F. de O. **Dos determinantes sistêmicos da injustiça alimentar: Análise crítico-jurídica dos determinantes (jurídicos, políticos e econômicos) que atuam em face da efetividade dos instrumentos da justiça alimentar (do direito humano à alimentação adequada, da política de segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar) no Brasil.** Curitiba: Instituto Memória. Centro de Estudos da Contemporaneidade, 2022

ROBERT, Pascale de; LÓPEZ GARCÉS, Claudia; LAQUES, Anne-Elisabeth; COELHO-FERREIRA, Márlia. **A beleza das roças: agrobiodiversidade Mebêngôkre-Kayapó em tempos de globalização.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 2, p. 339-369, maio-ago. 2012.

SÁ, Tatiane Deane de Abreu. Org. De como produzir na Amazônia sem queimar. **REVISTA USP**, São Paulo, n.72, p. 90-97, dezembro/fevereiro 2006-2007.

SIMAS, Diego. BARBOSA, Yêda. **Sistema agrícola tradicional do Rio Negro /** coordenação, Diego Simas e Yêda Barbosa. – Brasília, DF : IPHAN, 2019.

SOARES, Wagner Lopes; PORTO, Marcelo Firpo; ARAÚJO, Alana de. **Subsídios fiscais aos agrotóxicos no Brasil: um obstáculo à proteção da saúde e do meio ambiente.** Rio de Janeiro: ABRASCO, 2020. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2020/02/relatorio-abrasco-desoneracao-fiscal-agrotoxicos-12022020.pdf>. Acesso em: 7 set. 2025.

UNI AMAZÔNIA. **Quilombolas da Amazônia**. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ODI9YjUYtIs>. Acesso em: 7 set. 2025.

VALENTE, Adria Simone Oliveira. OLIVEIRA, Eliane Cristina Pacheco de. VIEIRA, Thiago Almeida. **Práticas agroecológicas em sistemas de uso da terra em uma comunidade rural na Amazônia Oriental, Brasil**.

VIVAS, E.; MAIA, R. Avaliação de Situações de Seca e Escassez de Água em Portugal Continental. Utilização de Indicadores. In: ACTAS DO CONGRESSO DA ÁGUA, 9, com o tema-água: desafios de hoje, exigências de amanhã, 2008, Portugal. **Anais... Estoril - Portugal**, APRH. 2008. p. 1-15.

WU, C. et al. **Smoke-induced changes in the diurnal cycle of Amazon convection**. *Atmospheric Chemistry and Physics*, v. 23, n. 8, p. 4595–4617, 2023. DOI: 10.5194/acp-23-4595-2023